



Global Media
GROUP

TERMOS E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO

Canal de Ética

1. OBJETIVO DO CANAL DE ÉTICA

1. O Canal de Ética, acessível em gmg.integrityline.com, é uma plataforma destinada ao reporte de infrações a políticas, códigos, regulamentos internos e obrigações legais com dimensão ética, conforme a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937.
2. Através do Canal de Ética as denúncias podem ser feitas de forma anónima ou identificada, por escrito ou verbalmente, e podem referir-se a infrações já cometidas, em curso, previstas ou tentativas de as ocultar.
3. Todas as informações recolhidas são confidenciais, protegidas contra acessos não autorizados, e garantem a integridade do processo de investigação, enquadradas pelo **[Regulamento do Canal de Ética](link do Regulamento)**.

2. RESPONSABILIDADE DO UTILIZADOR

4. Ao utilizar o Canal de Ética o utilizador aceita os termos aqui descritos.
5. O utilizador compromete-se a fazer uso do Canal de Ética infrações de forma responsável e de boa-fé, acreditando que as informações reportadas são verdadeiras no momento da denúncia, e abstendo-se de apresentar denúncias infundadas ou maliciosas.

3. RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

6. A gestão das denúncias é efetuada com recurso ao *software* EQS Integrity Line, propriedade do EQS Group, certificado pela ISO 27001, ISO 1400, SAE 3000 e Digicert SSL, cujos Termos de Utilização correspondentes estão disponíveis em eqs.com/about-eqs/terms-and-conditions.
7. Todas as denúncias são tratadas de forma segura e confidencial, assegurando também o anonimato, a imparcialidade e a proteção dos dados recolhidos.
8. Dados passíveis de recolha após a existência de uma denúncia:

- a. Denunciante (caso se identifique): nome completo, e-mail, número de telemóvel e outros dados incluídos na denúncia.
 - b. Denunciado e Terceiros: dados mencionados pelo denunciante na descrição da denúncia.
9. Os dados pessoais recolhidos serão utilizados para analisar, encaminhar e responder à denúncia, podendo ser encaminhados a autoridades competentes, caso necessário.
10. Os dados podem ser tratados para fins estatísticos, sendo anonimizados quando apropriado.

4. RESPONSÁVEIS PELO TRATAMENTO DOS DADOS

11. A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a empresa mencionada na denúncia.
12. O Encarregado da Proteção de Dados/ Data Protection Officer (DPO) é responsável por supervisionar o tratamento dos dados pessoais e pode ser contactado através do e-mail dpo@globalmediagroup.pt.

5. CONSERVAÇÃO DOS DADOS

13. As denúncias serão conservadas por um período de 5 anos ou enquanto perdurarem processos judiciais ou administrativos relacionados.
14. Dados considerados irrelevantes para o tratamento da denúncia serão eliminados de imediato.

6. PARTILHA DE DADOS COM TERCEIROS

15. Os dados pessoais poderão ser partilhados com as autoridades competentes e prestadores de serviços que cumpram as normas de proteção de dados, mediante acordos contratuais rigorosos, e mediante o consentimento do titular, ou em cumprimento de obrigações legais ou ordens judiciais.
16. Caso seja necessário podem ser transferidos dados para fora do Espaço Económico Europeu, garantindo-se o nível de proteção equivalente ao exigido pela legislação da União Europeia.

7. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

17. Os titulares dos dados têm o direito de aceder, retificar, apagar, limitar o tratamento, opor-se e solicitar a portabilidade dos dados, conforme previsto na legislação aplicável.

8. ALTERAÇÕES AOS TERMOS E CONDIÇÕES

18. Reserva-se o direito de atualizar ou alterar os presentes Termos e Condições de Utilização, comunicando essas alterações na plataforma do Canal de Ética.

9. CONTATO E SUPORTE

19. Quaisquer questões ou esclarecimentos adicionais poderão ser endereçadas a compliance@globalmediagroup.pt.